

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.115 - RJ (2019/0148322-7)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
EMBARGANTE : CELIA CRISTINA FRANCISCO
ADVOGADOS : YANNICK YVES ANDRADE ROBERT E OUTRO(S) - RJ166654
TAINÁ DE OLIVEIRA SANTOS - RJ208099
EMBARGADO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMBARGADO : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : FERNANDA WOLF VON ARCOSY TEIXEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial, opostos por CELIA CRISTINA FRANCISCO, a decisão de minha lavra, que se encontra assim fundamentada:

"Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por CELIA CRISTINA FRANCISCO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

'PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DO DIREITO À PENSÃO POR MORTE. AUTORA QUE ALEGA SER COMPANHEIRA DO EX-SERVIDOR. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DE AMBAS AS PARTES. É CEDIÇO QUE A UNIÃO ESTÁVEL É A CONVIVÊNCIA ENTRE DUAS PESSOAS, ALICERÇADA NA VONTADE DOS CONVIVENTES, DE CARÁTER NOTÓRIO E ESTÁVEL, VISANDO À CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIA. NO CASO EM ANÁLISE, O CONJUNTO PROBATÓRIO É BASTANTE FRÁGIL E NÃO DEMONSTRA A ALEGADA UNIÃO ESTÁVEL. OS DOCUMENTOS ANEXADOS, BEM COMO OS DEPOIMENTOS COLHIDOS EM SEDE DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, NÃO DEMONSTRAM, SATISFATORIAMENTE, INDÍCIOS DE CERTEZA DE QUE TENHA HAVIDO ENTRE A AUTORA E O *DE CUJUS* UMA RELAÇÃO ÍNTIMA QUE CONFIGURASSE A CONVIVÊNCIA *MORE UXÓRIA* E A *AFFECTIO MARITALLIS*, REQUISITOS ESTES INDISPENSÁVEIS À CARACTERIZAÇÃO DA UNIÃO

ESTÁVEL PRETENDIDA, ASSIM COM A NOTORIEDADE, CONTINUIDADE E ESTABILIDADE, E DURAÇÃO PROLONGADA ATÉ O ÓBITO. IMPROCEDÊNCIA QUE SE IMPÕE. ENTENDIMENTO DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTE E. TRIBUNAL ACERCA DO TEMA. PROVIMENTO DO RECURSO DOS RÉUS. PREJUDICADO O RECURSO AUTORAL' (fl. 392e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 421/431e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

'EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. INADMISSIBILIDADE. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO E OMISSÃO INEXISTENTES.

1. Os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer obscuridade ou contradição do julgado e supri-lo de omissão, requisitos cuja ausência enseja o não provimento do recurso.
2. Inexiste qualquer omissão, contradição, obscuridade (CPC/1973, artigo 535) ou erro material (CPC/2015, artigo 1.022) no acórdão a justificar a interposição dos embargos de declaração. Eventual insurgência contra o acórdão proferido deve ser objeto de recurso próprio, diverso dos embargos ora interpostos, que não servem à modificação pretendida.
3. Este recurso é sede imprópria para manifestar-se o inconformismo com o julgado e obter a sua reforma porque, salvo as hipóteses específicas, nele não se devolve o exame da matéria.
4. Intuito de rediscutir a matéria. Impossibilidade.
5. Negado provimento aos embargos' (fl. 434e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 489, § 1º, e 1.022, I e II, do CPC/2015 e 1.723 do Código Civil, sustentando que:

'DA CONTRARIEDADE À LEI FEDERAL - ARTIGO 1.723 DO CÓDIGO CIVIL

A presente ação trouxe consigo vasto conjunto probatório que confirma a existência de união estável entre a Recorrente e seu

companheiro.

Foram juntadas aos autos fotografias, comprovantes de que ambos residiam no mesmo endereço dos anos de 2007, 2008, 2010 e 2012, foram colhidos depoimentos em audiência que confirmam a existência da união estável, além destes, há depoimentos na inicial de pessoas próximas ao casal confirmando a existência da relação, há documentos de inclusão da Recorrente como dependente no plano dentário de seu companheiro, dentre outros mais.

Porém, o juízo de piso entendeu pelo não reconhecimento da união estável, para tanto, tentou atacar cada ponto do artigo 1.723, do C.C.

Embora o legislador não tenha definido lapso temporal para a caracterização da união estável, o juiz '*a quo*' o fez, uma vez que, embora tenha reconhecido que a Recorrente e seu companheiro residiam no mesmo local, conclui que não comprovam a convivência por período duradouro e com intenção de constituir família.

(...)

Porém, conforme já, exaustivamente demonstrado, a Recorrente trouxe documentos dos anos de 2007, 2008, 2010, e 2012, que comprovam que durante todo este período já residia com seu companheiro (fls. 32, 33/35 e 37/38).

Na audiência realizada no dia 02 de junho de 2015, foram ouvidas testemunhas que confirmaram a existência da união estável.

(...)

O Acórdão é contraditório ao afirmar que referidos depoimentos não trazem indícios de certeza da existência da união estável.

Assim, verifica-se que apesar de preenchidos todos os requisitos processuais do artigo 1.723 do Código Civil, o juízo de piso negou vigência ao mesmo, não reconhecendo a união estável existente entre a Recorrente e seu companheiro.

DA CONTRARIEDADE À LEI FEDERAL - ARTIGO 1.022, INCISOS I E II C/C 489, § 1º, DO CPC

O CPC traz em seu artigo 1.022, as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração, quais sejam, a de esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissões ou corrigir erro material.

No caso da omissão, o próprio parágrafo único esclarece

quando a decisão é considerada omissa senão, vejamos:

(...)

Por sua vez, o artigo 489, § 1º, do CPC traz hipóteses em que não se considera fundamentada, e portanto, omissa a decisão, conforme artigo supramencionado, valendo a sua transcrição.

(...)

No presente caso, foram trazidos aos autos diversos documentos que comprovam a existência do vínculo da união estável existente entre a Recorrente e seu companheiro, tais como diversos depoimentos de pessoas que atestam conhecer o casal (fls. 48/55), documento que comprova a inclusão da Recorrente como dependente em plano dentário do seu companheiro (fls. 42), comprovante de requerimento de regularização da Recorrente como dependente do seu companheiro (fls. 39/40), e declaração do Hospital Central do Corpo de Bombeiros do estado do Rio de Janeiro, informando que durante todo o tratamento, foi a Recorrente quem esteve ao lado do '*de cujus*' (fls. 43).

Referidos documentos anexados aos autos sequer foram levados em consideração pelo juiz quando da prolação de seu acórdão.

Não bastasse isto, há ainda contrariedade na decisão de fls. 393/398 que informa não haver nos autos outros elementos fotografias do casal.

Tal afirmação é contraditória, já que às fls. 23/24 constam fotos do casal.

Mesmo a Lei não trazendo a necessidade de um lapso temporal mínimo para o reconhecimento da união estável, o juiz de piso achou por bem, justificar o não reconhecimento da referida relação, sob o argumento de que os documentos trazidos aos autos são datados de 2012, o que não é verdade, já que há nos autos documentos comprovando que ambos residiam juntos em 2007, em 2008, em 2010 e também há os documentos mencionados do ano de 2012.

O juiz de piso entendeu também que nos depoimentos colhidos em audiência 'não se verificam satisfatoriamente, indícios de certeza de que tenha havido entre a Autora e o *de cujus* uma relação íntima - embora coabitassem', porém, nos depoimentos, o que se verifica, em verdade, é mais uma vez a confirmação da existência da união estável entre ambos.

Por todo o exposto, e a fim de sanar a contrariedade e omissão

trazidas na decisão de fls. 393/398, a Recorrente opôs Embargos de Declaração (fls. 422/432), exatamente como preceitua o artigo 1.022, incisos I e II, II, todos do CPC, e preenchendo todos os seus requisitos processuais.

Para surpresa da Recorrente, a decisão de fls. 435/439, negou provimento Declaração nos seguintes termos:

(...)

Apesar de todas as omissões e contradições apontadas, o acórdão supracitado, trouxe entendimento de que não é cabível para o presente caso a oposição dos Embargos de Declaração, negando assim, vigência ao que preceitua os artigos 1.022, incisos I e II e parágrafo único, inciso II, do CPC, c/c 489, § 1º, do CPC.

Por ser claramente cabível os Embargos de Declaração para o presente caso, e, diante da sua negativa pelo juízo de piso requer a invalidação da decisão recorrida, qual seja a de fls. 435/439, para que sejam apreciados os Embargos de Declaração, com o enfrentamento de todos os argumentos levantados nos aclaratórios, não debatidos na decisão de piso' (fls. 464/470e).

Por fim, requer 'seja conhecido e provido o presente Recurso Especial para que seja reformado o acórdão proferido pela Décima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para: a) Sejam apreciados os Embargos de Declaração opostos para que seja reformado o Acórdão de fls. 435/439, sob pena de negativa de vigência dos artigos 1.022, INCISOS I E II C/C 489, § 1º, DO CPC; b) Seja reconhecido o vínculo da união estável existente entre a Recorrente e seu companheiro, sob pena de negativa de vigência do artigo 1.723, do Código Civil' (fls. 470/471e).

Contrarrrazões, a fls. 476/485e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 494/496e), foi interposto o presente Agravo (fls. 513/520e).

Contramínuta, a fls. 524/531.

Conheço do Agravo. Todavia o Recurso Especial merece ser parcialmente conhecido e, nessa parte, não merece prosperar.

Na origem, trata-se de demanda proposta pela parte ora recorrente, objetivando sua habilitação para pensão por morte de servidor público, na condição de companheira.

A demanda foi julgada parcialmente procedente, recorrendo as partes. Inicialmente, cumpre asseverar que, ao contrário do que ora se

sustenta, não houve violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram, fundamentadamente e de modo completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

Assim, o acórdão de 2º Grau conta com motivação suficiente e não deixou de se manifestar sobre a matéria cujo conhecimento lhe competia, permitindo, por conseguinte, a exata compreensão e resolução da controvérsia, não havendo falar em descumprimento aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Nesse contexto, **'a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015'** (STJ, REsp 1.669.441/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2008.

Por outro lado, não se presta a via declaratória para obrigar o Tribunal a reapreciar provas, sob o ponto de vista da parte recorrente (STJ, AgRg no Ag 117.463/RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, DJU de 27/10/97).

A propósito, ainda:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. SERVIDOR PÚBLICO. DOENÇA OCUPACIONAL. PENSÃO MENSAL AFASTADA. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDADO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ. DANO MATERIAL. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não há violação dos arts. 489, § 1º, VI, e 1.022, parágrafo único, II, do CPC de 2015, pois há fundamentação suficiente para amparar o acórdão

recorrido.

2. Firmado o acórdão recorrido em fundamentos constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário, ocasionando a preclusão de uma das questões e o consequente não conhecimento do recurso. Aplicação da Súmula 126 do STJ.

3. O Tribunal de origem, com base nas provas existentes, entendeu não haver comprovação do dano material. A inversão do julgado nos moldes pretendidos pela recorrente demanda revolvimento das provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido' (STJ, REsp 1.707.574/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

Quanto ao mais, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente - inclusive quanto à alegada violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 -, somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

A propósito:

'PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. SERVIDOR PÚBLICO. UNIÃO ESTÁVEL NÃO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REINCURSÃO NO ACERVO PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTES DO STJ.

1. Hipótese em que a Corte de origem, ao dirimir a controvérsia, consignou que as provas contidas nos autos são insuficientes para o reconhecimento da união estável entre a ora recorrente e o instituidor da pensão.

2. Assim, verifica-se que o debate acerca da existência ou não de união estável entre o falecido e a ora recorrente se deu à luz do suporte fático-probatório dos autos, cuja

revisão é inviável no âmbito do Recurso Especial, ante o óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ.

3. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, *in casu*, o princípio contido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."

4. Cumpre ressaltar que a referida orientação é aplicável também aos recursos interpostos pela alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal de 1988. Precedentes do STJ.

5. Recurso Especial não conhecido' (STJ, REsp 1.708.966/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/11/2018).

'PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. AUSÊNCIA. PENSÃO POR MORTE. UNIÃO ESTÁVEL COMPROVADA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. SITUAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. Caso em que o ora agravante desde a origem se insurge contra sentença que julgou parcialmente procedente ação declaratória de direito à pensão, combinado com cobrança de parcelas pretéritas.

2. Afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

3. A Corte local concluiu que os requisitos legais para fins de inclusão da recorrida como dependente do segurado foram devidamente atendidos, não deixando dúvidas sobre a sua efetiva condição de companheira do de cujus. A averiguação desses requisitos é medida que implica 'reexame do arcabouço de fatos e provas integrantes dos autos, o que é vedado do STJ, a teor de sua Súmula 7/STJ' (AgInt no AREsp 938.392/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 21/11/2017).

4. Agravo interno não provido' (STTJ, AgInt no REsp 1.671.850/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2018).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a e b**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para conhecer parcialmente do Recurso Especial e, nessa parte, nego-lhe provimento" (fls. 550/556e).

Inconformada, sustenta a parte embargante que:

"DA OMISSÃO

Ao analisar a decisão embargada, verifica-se que não consta no Relatório o fundamento que versa os argumentos da Embargante, no que tange a contrariedade à Lei Federal, a real finalidade do artigo 1723 do Código Civil.

No entanto, ao fundamentar a r. decisão, o douto Desembargador, não se debruçou perante tal argumento, restando, pois, omissos.

A decisão fundamenta as razões de não provimento do aqui Embargante, citando apenas a ausência de violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/2015 sem acolher ou impugnar especificamente a questão de matéria de direito, pois em que pese à robusta e evidente comprovação nos autos da união estável, entende-se que a embargante apenas habitava com o falecido.

Resta evidente que há violação na matéria de direito do artigo 1723 do Código Civil, entretanto, a decisão aqui refutada, não se manifestou quanto a esta questão. Sendo, portanto, omissa, uma vez que não apreciou a razão fundamental do pedido do embargante.

Conforme demonstrado detalhadamente em sede de Recurso Especial, verifica-se que o Acórdão Recorrido vai de encontro a real finalidade da norma do Art. 1723 do Código Civil.

Pelo entendimento majoritário, a união estável é fato jurídico, trata-se de ato jurídico lícito que exige somente a capacidade de 'ter intuito de constituir família'.

Ao debruçar-se sobre o conjunto probatório dos autos, o juízo de piso reconheceu incidentalmente a união, habilitando a agravada a receber a pensão do companheiro falecido.

No entanto, em que pesem todos os documentos acostados aos autos demonstrando a existência da relação duradoura de 2007 a 2012 e a oitiva de testemunhas confirmando a existência da união estável o Tribunal ad quem reconheceu que a agravante e o Sr. Sérgio residiam no mesmo local. Para paradoxalmente concluir que não tinham a

intenção de constituir família.

Ora, o sistema de valoração de provas adotado pelo Código de Processo Civil brasileiro admite a livre convicção do julgador, no entanto vincula essa apreciação aos fatos e circunstâncias consignados aos autos.

O acórdão que reforma a decisão de 1ª instância, não indica os motivos racionais que formaram o convencimento dos Doutos Desembargadores. Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

(...)

Conforme detalhadamente demonstrado no Recurso Especial, a decisão que reforma o reconhecimento da união estável está em total dissonância com os elementos trazidos aos autos e identificados pelo juiz de piso.

Ao identificar a existência de convivência duradora e estabilizada entre a agravante e seu companheiro, o juiz de primeiro grau além de debruçar-se profundamente sobre as provas carreadas aos autos, formou íntima convicção ao ser ele próprio quem colheu as provas testemunhais.

A hipótese não é de rediscussão de matéria de fato uma vez que já restaram comprovadas a convivência pública e duradoura com a intenção de constituição de família. Discute-se nesta estreita via a consequência jurídica que não poderia ser outra senão a de reconhecer a entidade familiar.

Resta evidente que não há elementos jurídicos que justifiquem a alegação de que os companheiros não conviviam maritalmente, mas apenas conviviam no mesmo local. Há claro descumprimento do Art. 1.723 do CC e da jurisprudência pátria" (fls. 560/561e).

Por fim, "requer que sejam admitidos os presentes Embargos Declaratórios a fim de que seja suprida a omissão e este Douto Juízo aprecie e dê procedência, que não se trata de reexame de matéria de fato, mas sim de matéria de direito, estando prevista em lei, mais precisamente no artigo 1.723 do Código Civil" (fl. 562e).

Impugnação, a fls. 568/573e.

De início, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Na lição de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, "há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou

examináveis de ofício (...), ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico da matéria submetida à sua cognição, em causa de sua competência originária, ou obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição (art. 475), ou ainda mediante recurso, inclusive quanto a ponto acessório, como seria o caso de condenações em despesas processuais e honorários advocatícios (art. 20), ou de sanção que se devesse impor (por exemplo, as previstas no art. 488, nº II, e no art. 529)" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, Forense, 7ª edição, p. 539).

De outro norte, para ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, "a rigor, há de se entender que o erro material é aquele que consiste em simples *lapsus linguae aut calami*, ou de mera distração do juiz, reconhecível à primeira vista. Sempre que o suposto erro constitui o resultado consciente da aplicação de um critério ou de uma apreciação do juiz, ainda que inócua, não haverá erro material no sentido que a expressão é usada pela disposição em exame, de modo que sua eventual correção deve ser feita por outra forma, notadamente pela via recursal" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2003, Volume IV, p. 301). Na mesma linha, o escólio de EDUARDO TALAMINI: "O erro material reside na *expressão* do julgamento, e não no julgamento em si ou em suas premissas. Trata-se de uma inconsistência que pode ser clara e diretamente apurada e que não tem como ser atribuída ao *conteúdo do julgamento* - podendo apenas ser imputada à forma (incorreta) como ele foi exteriorizado" (**in** Coisa Julgada e sua Revisão, RT, 2005, p. 527).

Infere-se, outrossim, que, não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejuízo da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do julgado, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material; não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

In casu, quanto ao cerne do inconformismo recursal, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, não há qualquer omissão ou contradição a justificar a oposição dos presentes Embargos de Declaração, tendo a decisão sido coerente e clara ao decidir que: ", ao contrário do que ora se sustenta, não houve violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram, fundamentadamente e de modo completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida"; "o acórdão de 2º Grau conta com motivação suficiente e não deixou de se manifestar sobre a matéria cujo conhecimento lhe competia, permitindo, por conseguinte, a exata compreensão e resolução da controvérsia, não havendo falar em descumprimento aos

arts. 489 e 1.022 do CPC/2015"; "a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015' (STJ, REsp 1.669.441/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017)"; "não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional"; "não se presta a via declaratória para obrigar o Tribunal a reapreciar provas, sob o ponto de vista da parte recorrente (STJ, AgRg no Ag 117.463/RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, DJU de 27/10/97)"; considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente, **inclusive** quanto à alegada violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 – ou seja, além da suposta violação ao art. 1.723 do Código Civil –, somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ".

Por fim, anoto que a aplicação de óbice a inviabilizar o conhecimento do Recurso Especial, afasta qualquer omissão quanto à análise do próprio mérito da controvérsia.

Ante o exposto, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora